

Natalia Czopek
Universidade Jagellónica
de Cracóvia

OS PORTUGUESES EM
MACAU NO SÉCULO XVIII
– CONSIDERAÇÕES SOBRE
UM ENCONTRO DE CULTURAS

To be Macanese is a state of mind: we're the children of a love affair
between Asia and the West, and we're proud of our mixed blood
(Rodrigues de Senna Fernandes citado por Pons 2002: 103)

Investigar sobre Macau não é fácil. Existem fontes disponíveis sobre a sua história e tradições apesar de muitos manuscritos dos arquivos da cidade terem desaparecido ora por descuido ora destruídos por incêndios e por tufões (Pons 2002: 30). No entanto, fazer uma pesquisa linguística torna-se mais complicado já que é difícil encontrar registos escritos da fala dos seus habitantes ao longo dos séculos, escasseando também trabalhos sobre este tema. O presente trabalho tem carácter introdutório a investigações mais profundas. Decidimos apresentar um trecho da história de Macau, nomeadamente, o século XVIII que nos pareceu bastante interessante, fazendo referências a alguns acontecimentos anteriores e posteriores relevantes para o trabalho. Infelizmente, não nos foi possível investigar o crioulo falado naquela zona no século XVIII por falta de fontes.¹ Por conseguinte, a parte prática deste trabalho concerne ao estado linguístico de Macau no século XX, incluindo uma comparação com algumas características do crioulo antigo conhecidas pelos linguistas. Com a nossa descrição pretendemos mostrar aos leitores que Macau não era e não é uma cidade chinesa mas uma cidade na China com três facetas: a portuguesa, a chinesa e a crioula.²

A ETIMOLOGIA DO TOPÓNIMO MACAU

A proveniência do nome Macau é bastante misteriosa, assim como as origens da própria cidade. Nas fontes históricas do século XVII aparecem nomes chineses como: Haojing (Espelho do Fosso), Haojing'ao (Baía do Espelho do Fosso), Haijing (Espelho do Mar), Haojiang (Rio do Fosso), Jinghu (Lago do Espelho), Jinghai (Mar do Espelho) e vários nomes com o elemento 'lian' (flor de lótus). Assim, os nomes formam quatro grandes grupos com os elementos 'hao' (fosso, trincheira), 'hai' (mar), 'jing' (espelho)

¹ O dito crioulo nunca foi reconhecido como língua oficial de Macau e o seu declínio foi rápido a favor do cantonês, português e também do inglês falado em Hong Kong.

² Designação usada após Pons 2002: 42.

ou ‘lian’ (flor de lótus). No entanto, registam-se também opiniões de a palavra ‘hao’ constar por ‘molusco, vieira’ (muito popular como fonte de carne e material de construção), sendo homófona com ‘fosso’ e mudando o significado de Haojing para Espelho da Vieira (Jin, Wu 2007: 157–158; 168–171). Não se pode negar, no entanto, que o nome português esteja ligado ao culto da Deusa A-má, levado até aquelas terras vários séculos antes.³ Os primeiros portugueses chegados a Macau, “à procura de pimenta e cristãos”, encontraram lá uma aldeia de pescadores conhecida pelo seu templo a dita deusa do mar e protetora dos marinheiros (Pons 2002: 14, 49).⁴ O topónimo apareceu pela primeira vez nas fontes ocidentais numa carta escrita por Fernão Mendes Pinto em 1555. Porém, é mais conhecida a relação feita por Matteo Ricci em 1583:

Con tutto ciò, è sì grande il guadagno et utilità che, si all’erario pubblico come ai particolari, rende il traffico de’Portughesi, che sempre i magistrati gli derono agio per questo tempo che durava il mercato o fiera per qualche mese; sin che al fine gli derno licentia di stare fermi nella detta peninsola, dove era venerata una pagoda, che chiamano Ama. Per questo chiamavano quel luogo Amacao, che vuol dire in nostra lingua Seno di Ama (Jin & Wu 2007: 161–162).

Outro viajante italiano Francisco Carletti descreve o culto da Deusa A-má em Macau nos anos 1598–1599:

Quando oferecem os alimentos nalguma festa solene, comem-nos perto do ídolo, como vi fazer em Amacao, [...]; esse ídolo chamava-se ‘Ama’, por isso a ilha é chamada Amacao quer dizer ‘lugar do ídolo Ama’. Celebram essa festa no primeiro dia da lua nova de Março, que é o seu Ano Novo, sendo celebrado por todo o reino como festa principalíssima [...] (Jin & Wu 2007: 163–164).

Como se pode ver, então, o topónimo português relacionava-se com o culto da Deusa, enquanto os topónimos chineses não tinham nada a ver com isso. Atualmente, os chineses usam o nome Aomen (cantonês Ou Mun) que significa ‘Porta da Baía’.

A PRESENÇA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII

Durante todo o século XVIII, nas suas relações com Pequim, os portugueses reivindicavam restrição do poder dos mandarins, sublinhando que a cidade tinha sido doada aos primeiros moradores pelo imperador da China sem dependência do Império. Para os chineses, no entanto, os portugueses não podiam contrariar as leis comuns do Império todo nem ter nenhum poder sobre os moradores chineses da cidade, devendo, por exemplo, pagar um tributo ao Imperador.⁵ A situação de Macau foi objeto de discus-

³ Os portugueses associavam provavelmente o culto chinês da Deusa A-má ao seu culto da Virgem Maria.

⁴ Considera-se que o primeiro português que chegou a Macau foi um aventureiro Fernão Mendes Pinto, náufrago dum junco de contrabando.

⁵ Os portugueses eram considerados como vassalos imperiais, naturais tributários da China e bárbaros que era preciso civilizar. O memorial intitulado *Pacificar e tratar os bárbaros no porto de Haojing* de 1564 é o primeiro documento oficial chinês sobre Macau.

sões em 1750. Os portugueses estavam a espera do reconhecimento do estatuto extraordinário concedido inicialmente a Macau e subtraído pelos mandarins sem o conhecimento do Imperador, sem poderem, porém, apresentar nenhuns documentos que comprovassem os seus privilégios: “não tem aquella Cidade Provizão algúa do Imperador da China, com que possa allegar que de Justiça devem os Portuguezes ser conservados nella”.⁶ Até os finais da década de 1760, foram recolhidos todos os documentos dos quais dispunha o Conselho Ultramarino e, surpreendentemente, não existiam “documentos alguns, dos quaes constem as condiçoens com que nos foi cedida, a Cidade de Macáo: nem tambem existem outros alguns Tratados ou Pactos entre as duas Coroas”. Assim, chegou-se a conclusão que a permanência portuguesa em Macau não se devia nem aos pactos nem ao seu poder militar, mas ao “geito de viver com os Chinas, principalmente de Cantão”.⁷ Como em 1775 ainda não se tinham encontrado nenhuns documentos comprovativos, propôs-se enviar um embaixador a Pequim para que negociasse e esclarecesse a situação política e administrativa de Macau. A hipótese mais viável era que o Imperador tivesse doado a cidade aos portugueses como compensação dos serviços prestados na luta contra os piratas (Martins do Vale 1997: 109).⁸ O papel de embaixador foi desempenhado pelo novo bispo de Pequim que foi lá só em 1783 e que não conseguiu resolver o caso

por falta de character que o authorize, por não o permitirem as Leys, e costumes Chineses, e pelo perigo que poderia rezultar a Macáo se o Imperador tivesse do Vice Rey de Cantão informaçoes contrarias as que aqui se lhe representasse.⁹

Enquanto as razões reais da presença portuguesa não são fáceis de serem investigadas¹⁰, é conhecido o seu carácter: durante os primeiros dois anos, devido a fortes restrições chinesas, todos os comerciantes tinham de habitar a bordo e só com o correr do tempo começaram a construir barracas e palhais ilegais, instalando-se na terra firme apenas quando exerciam os seus negócios.¹¹ Costuma considerar-se a data de 1557

⁶ Cf. Memoria de estabelecimento de Macau de 1783, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa 6, doc. 47, in: Martins do Vale 1997: 106.

⁷ Cf. Lista das rezoluçoens, Decretos, e Alvarás do Conselho Ultramarino desde 1643 até 1748, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa 6, docs. 6 e 13, in: Martins do Vale 1997: 107.

⁸ Mais tarde, veio a confirmar-se que os portugueses se tinham estabelecido em Macau para comerciar com os chineses, no princípio exercendo o contrabando, e que a luta contra os piratas apenas confirmou o seu posse dessas terras. Assim, a superioridade militar portuguesa também desempenhou um papel importante.

⁹ Cf. cartas do bispo de Pequim a Martinho de Melo e Castro, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa 17 e 18, docs. 46 e 31, in: Martins do Vale 1997: 110.

¹⁰ Entre outras, mencionam-se por exemplo: a superioridade militar portuguesa; a sua arte de produzirem armas; o facto de os portugueses poderem proteger as costas chinesas dos piratas mas, ao mesmo tempo, a vontade de os separar dos últimos deixando-lhes permanecerem na terra firme; a abertura de Macau à procura do âmbar cinzento ou, simplesmente, cedência por subornos.

¹¹ Cf. Jin & Wu 2007: 376, 451–453: “os Portugueses frequentavam as feiras marítimas, anteriormente realizadas a bordo dos navios, findas as transações, iam-se embora e voltavam no ano seguinte. Mas agora, em vez de se irem embora ao terminar as feiras, deixam os seus navios e instalam-se em terra, em casas construídas”; “Sem meios legítimos para estabelecerem contacto com a China, os Portugueses seguiam de perto outras embarcações estrangeiras, continuando assim a fazer o seu comércio. [...] Enquanto a população portuguesa em Macau se multiplicava, os comerciantes de outros

como o ano da definitiva instalação dos portugueses em Macau, sendo a cidade tratada como *Fanfang*, um bairro especial onde habitavam os *Folanji*, bárbaros estrangeiros, pagando o chamado “foro do chão”. No século XVIII, a sua situação já estava estabilizada, no entanto, surgiu outro problema mais importante, nomeadamente a necessidade de mandar à China missionários, médicos, professores, pintores, relojoeiros, etc. para que os jesuítas idosos portugueses não fossem substituídos nestes cargos pelos franceses. Esta tarefa também se mostrou difícil de ser cumprida por falta de voluntários. Assim, o século XVIII foi dominado por duas preocupações acima referidas: a extinção da Companhia de Jesus na China e a dificuldade em encontrar os documentos que comprovassem os antigos privilégios que iam sendo subtraídos lentamente pelos mandarins.

ORGANIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL

A sociedade macaense era bastante diversificada incluindo a maioria chinesa, os portugueses, os mestiços sino-portugueses (os chamados *nhons*, da palavra ‘senhor’¹²) e as minorias dos malaios, moçambicanos, mouros e cafres, canarinos, timores, etc., não mencionando escravos e comerciantes de muitas etnias diferentes. Nos documentos portugueses encontra-se uma categorização em cristãos, ou seja, todos os vassallos do rei português¹³, e os restantes habitantes da cidade. Assim, uma parte dos cidadãos estava subordinada às autoridades sínicas e a outra às portuguesas o que deixa constatar que a sociedade era composta de vassallos portugueses, vassallos chineses e estrangeiros, perfazendo umas 30 mil pessoas (cf. Ljungstedt, cit. por Martins do Vale 1997: 118). Mais um critério empregado na classificação da sociedade macaense eram os laços sanguíneos: o “sangue puro” português, as misturas, por exemplo com o sangue chinês¹⁴, e a ausência do sangue português. No entanto, desde 1791, devido à reforma pombalina que anulava o critério do lugar de nascimento, começou-se a conceder mais

países, familiarizados com a conduta violenta dos Portugueses no Oceano Índico e no mar do Sul da China, mantiveram-se afastados por medo. Consequentemente Macau gradualmente foi ocupado unicamente pelos Portugueses”.

¹² Cf. Martins do Vale 1997: 132–133: em várias fontes da época a palavra *nhon* empregava-se tanto para designar os filhos dos portugueses como os naturais ou filhos da terra. Parece provável que o termo se relacionasse também com a condição económica do indivíduo.

¹³ Cf. Notticias e Reflexões sobre a Cidade de Macáo, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa 6, doc. 47, in: Martins do Vale 1997: 130–133: no grupo dos súbditos do rei de Portugal incluíam-se “Habitantes da dita Cidade que se compõem de Portuguezes nascidos em Portugal: De Portuguezes nascidos na India, a que chamão mestissos: De Chinas Christãos que não tem sangue Portuguez a que chamão Naturaes: De Escravos cafres, e Timores”. No entanto, o termo “naturais” também era ambíguo, sendo utilizado para todos os descendentes dos antigos portugueses que permaneceram em Macau e se cruzaram com famílias chinesas. O termo Cristãos Novos, por sua vez, utilizava-se no caso dos chineses convertidos ao cristianismo.

¹⁴ A classe crioula dos chamados filhos da terra compunha-se, sobretudo, dos filhos dos portugueses e das mulheres indianas, malaias, japonesas e chinesas. Numa certa altura, a população crioula começou a exceder a portuguesa. De acordo com a relação de La Pérouse (in: Pons 2002: 76), que visitou Macau em 1787, “[...] out of the 20 000 inhabitants in the enclave at the time, scarcely more than a hundred were Portuguese by birth, whereas there were 2000 *mestizos*.”

importância ao sexo e estado civil, junto com o facto de as pessoas serem batizadas ou não. É interessante observar que nas fontes não se encontram referências à nobreza portuguesa que, provavelmente, não tinha representantes na sociedade macaense.

Não é fácil encontrar informações acerca da população chinesa de Macau, excetuando-se as descrições de conflitos entre os moradores portugueses e os mandarins resultantes da situação administrativa anteriormente mencionada que eram, como se pode ler nas fontes, naturalmente resolvidos. Os portugueses gozavam também de total liberdade nas suas práticas religiosas; apenas os cristãos chineses enfrentavam algumas restrições por parte do próprio governo. Houve também certas mudanças nas leis bancárias, nomeadamente as dívidas entre portugueses e chineses eram proibidas mas já na segunda metade do século XVIII os chineses podiam apoderar-se das casas portuguesas através das hipotecas feitas sobre os empréstimos.

No que diz respeito ao clero; representado pelas ordens masculinas dos jesuítas, dominicanos, franciscanos, agostinianos e lazaristas, este revelou limitações no cumprimento dos seus deveres, não lhe sendo pagas as devidas cóngruas. Os padres viam-se obrigados a procurarem outras fontes de dinheiro como o comércio ou o ensino, no qual a sua diminuta instrução, incomparável com a instrução dos jesuítas, podia apresentar uma inconveniência. Além disso, durante várias décadas, notaram-se a ausência de bispo residente, excessivos gastos em festas religiosas, abusos ligados à prostituição, ociosidade e mendicidade ou práticas contrárias à doutrina cristã, como colocação de figuras de animais nos altares. Os primeiros missionários, os jesuítas, estabeleceram-se na cidade em 1565, dedicavam-se à evangelização e à formação dos futuros missionários, e foram expulsos em 1762. O seu trabalho era parcialmente continuado pelos representantes das outras ordens que, no entanto, eram descritos em muitas fontes como soberbos e ignorantes:

[...] o pior hé que todos vivem sem Relligião, por que as portarias se fexão as onze horas, e meya da noite: ha muito escandalo e dissolução. Jogão dentro das clauzuras mais do que devem. Vem para caza quando querem, saem sem compr^o(?). Se ha necessidade delles para húa confissão repentina, ou não querem ir, ou não se achão nos Conventos [...].¹⁵

Em Macau encontravam-se ainda as religiosas clarissas que, vivendo em clausura e sacrificando a vida à contemplação, não participavam na vida da sociedade macaense de forma ativa.

Os moradores que dominavam a vida político-administrativa e económica de Macau eram os altos funcionários públicos (o governador, o bispo, o ouvidor, médico, advogados, professores e oficiais militares), os grandes comerciantes e proprietários de navios que eram, na maior parte, portugueses. Na camada média da sociedade macaense incluíam-se ainda os funcionários médios, o clero e os que investiam em navios, os capitães, os feitores, os sobrecargas e os pilotos dos navios. As camadas baixas eram representadas por outros membros de tripulações, pelos que ocupavam os cargos públicos menos relevantes da fazenda e da alfândega, pelos soldados, pequenos comerciantes, donos das lojas na cidade e artesãos, que eram maioritariamente chineses. Os mais des-

¹⁵ Cf. relatório de D. Alexandre Guimarães, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa 9, doc. 8, in: Martins do Vale 1997: 148.

favorecidos eram os escravos, mulheres desamparadas, viúvas e prostitutas, crianças órfãs, mendigos, etc.

Muitas fontes realçam a predominância das mulheres na cidade devido ao facto de os homens se ausentarem por largos períodos de tempo. Quanto à vida das mulheres macaenses, as fontes fornecem-nos uma imagem bastante negativa. As mulheres eram descritas frequentemente como umas preguiçosas e inativas que não se dedicavam a nenhum trabalho tipicamente feminino, como, por exemplo, o bordado de algodão e seda. Além disso, parece que a prostituição constituía um problema bastante comum, chegando a casos extremos de alugarem as suas próprias mulheres ou filhas a estrangeiros

com tanto descoco e descaramento que já houve marido que chegou a tirar a espada e a querer brigar com estrangeiro, porque uma noite lhe não quiz aceitar a mulher que elle tinha ido offerecer.¹⁶

Os estrangeiros eram considerados os princi-pais culpados pelo aumento da prostituição em Macau, assim como pelo aumento dos preços e pela falência de alguns dos moradores.

É surpreendente ler as relações sobre Macau na segunda metade do século XVII e princípios do século XVIII, às vezes completamente opostas, o que faz com que a nossa imagem dessa cidade fique pouco clara. Compare-se a relação de Peter Mundy, que, referindo-se à sociedade portuguesa de Macau, descreve casas ricas com móveis caros e muitas ornamentações, mulheres adornadas com joias preciosas e escravos servindo os senhores¹⁷; com a relação dum italiano chamado Careri que descreve a pobreza da sociedade macaense com os seus apenas cinco navios, “very deplorable for want of trade, especially among the meaner sort”, os homens portugueses que lhe lembram “so many mangy dogs” e as mulheres com os seus trajés “strange, the whole consisting of two pieces of silk, without the help of tailor, scissors, or needle” (Gunn 2005: 41–45).

Quanto às rotas marítimas frequentadas pelos comerciantes de Macau, até ao século XVIII mantiveram o seu alcance inicial com cerca de 45 portos (ex. Goa, Bombaim, Bengala, Malaca, Pinang, Batávia, Timor, Manila, Donnay, Talangana, Surrate), abrangendo uma vasta zona entre as ilhas Maurícias no Ocidente até às ilhas Molucas no Oriente, com umas turbulências insignificantes duma década para a outra. Desde os anos 70 do século XVIII, por exemplo, observa-se uma intensificação das viagens para a Cochinchina (uma região no sul do actual Vietname) e na última década do século

¹⁶ Cf. P. Manuel Teixeira, *Macau no séc. XVIII*, Macau: Imprensa Nacional de Macau, 1984, p. 679, in: Martins do Vale 1997: 169. Cf. também Pons 2002: 109–114 para encontrar uma descrição de Macau como cidade do pecado.

¹⁷ Mais uma descrição idealizada, da autoria de Austin Coates, encontramos em Pons 2002: 62, 95: “A city of adventurers basking in their wealth but aware they might have to fight to defend it at any time. Bold and superstitious, hospitable and remarkably tolerant towards the foreigner who came in peace; they went about their business and practiced their religions in churches with golden-skinned women from Malacca and African slaves.” O próprio Autor constata que o declínio de Macau começou já no século XVII com a perda do monopólio comercial na zona e com a chegada dos refugiados chineses durante a guerra civil. Pons conclui que a cidade era sempre uma mistura do melhor com o pior, incluindo a espalhada pelos chineses “lenda negra do canibalismo português”. Cf. ainda Jin & Wu 2007: 387–394.

XVIII, nota-se um decréscimo das viagens aos portos da Índia provavelmente devido à instabilidade da sua política. Infelizmente, escasseiam fontes escritas que contenham registos pormenorizados das mercadorias com os preços praticados. A importância de cada um dos portos pode ser estimada apenas julgando pelo número dos passaportes emitidos e pelo número de escalas feitas para chegar lá (supõe-se que quanto maior tenha sido o número de escalas, menos importante era o porto). As principais mercadorias que se mencionam abertamente em todas as fontes¹⁸ eram o ópio e o âmbar cinzento¹⁹ usado como afrodisíaco, perfume, incenso, material de construção e remédio. Controlado durante séculos por mercadores indianos, o comércio do ópio passou nos finais do século XVII para os holandeses e, no século XVIII, para os ingleses, contando ainda com a presença dos agentes mercantes portugueses (Alves dos Santos 1998: 35–37). No início do século XIX, Macau tornou-se o centro do contrabando do ópio daquela zona, sobretudo depois de a China o ter banido dos seus portos em 1799. Em 1845, Macau foi declarado porto franco. Além disso, por ali passavam mercadorias de luxo, como prata do Japão ou sedas da China e as indústrias pesqueira, de sal, de construção de navios estavam bem desenvolvidas (Gunn 2005: 43).

No século XVIII, sobretudo na segunda metade, polarizaram-se também os juízos acerca da atuação política dos portugueses em Macau. Por um lado, eram descritos como rebeldes e insubmissos vassalos²⁰; por outro, como obedientes súbditos do rei. Os comentários sobre a falta de capacidade de governar bem e de “manter vivo o nome de Portugal” já se podem encontrar nos textos do século XVII (cf. Martins do Vale 1997: XVI). Repetiam-se as acusações de privilegiarem os seus próprios interesses e de terem permitido que os mandarins retirassem aos cidadãos de Macau os privilégios concedidos aos primeiros moradores portugueses pelos imperadores da China (Martins do Vale 1997: XVIII). O Senado de Macau compunha-se

[...] na maior parte de Degredados, que ali se refugiaram, ou de outros semelhantes a eles, todos ignorantíssimos em matérias de Governo, e sem outras vistas mais, que as de procurarem a sua fortuna por meyo da Navegação e do Comercio, só cuidam de fazer menos cruel a tirania dos Mandarins..., e submetendo-se a quanto eles querem sem lhes importar couza alguma, que diga respeito ao decoro da Nação Portuguesa, nem ao incontestavel Direito de Soberania, que a Corôa de Portugal tem naquele Dominio. (Múrias 1988: 11, cit. por Martins do Vale 1997: XV)

¹⁸ Cf. a relação de um viajante russo que ficou em Macau entre 1800 e 1805 citada por Pons 2002: 82: “You can see opium being openly transported in broad daylight through the streets.” O mesmo Autor indica também que até 1873 muitos comerciantes de Macau estiveram envolvidos no tráfico dos chamados *coolies* de dimensão comparável com a do tráfico de escravos de África.

¹⁹ Para mais informações sobre a importância do âmbar cinzento na China e em Portugal veja Jin & Wu 2007: 244–279.

²⁰ Cf. Kieniewicz (1976: 137–140). Falando do século XVIII, o Autor refere uma degradação gradual da sociedade macaense perdida nas suas ações criminosas, tráfico de escravos, negócios ilegais, preguiça, jogo, prostituição e outras diversões. A expulsão dos jesuítas e o papel crescente da população chinesa e euroasiática no setor económico da cidade fez com que os portugueses caíssem na decadência. Uma revivência comercial temporária veio só com o século XIX e, mais tarde, com a segunda guerra mundial. Para ler mais sobre as reformas planeadas para o século XIX, veja Alves dos Santos 1998: 41–43.

A suposta “ajuda” aos governadores de Macau passou da dependência dos representantes de Lisboa em Goa à dependência do poder central com todas as medidas que este planeava introduzir, restringindo as liberdades dos moradores da Cidade do Nome de Deus e originando um ambiente de desconfiança para com os portugueses.

No entanto, nas relações escritas do século XVIII também se podem encontrar opiniões positivas. D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, bispo de Macau nos anos 1772–1789, realçava, por exemplo, que “pelo que diz respeito a sua fidelidade, e obediência são muito amantes do seu Augusto, estão prompts a dar a vida, e os seus bens em Seo Serviço: parecem Egipcios no respeito que lhe tem; no amor fiel com que o tratão, e na adoração que lhe tributão”.²¹ Do mesmo modo, o capitão Nicolau Fernandes da Fonseca afirmou que os portugueses de Macau “em todo o tempo tem dado provas bem claras de fidelidade summa ao seu rei”.²² Por este motivo, o Senado de Macau ganhou o nome de Leal Senado.

A. Ljungstedt, um sueco que chegou a Cantão em 1798 e, mais tarde, se fixou em Macau, sublinhou que apesar de a maior parte dos portugueses em Macau serem piratas e contrabandistas, constituíam um bom exemplo por se terem rendido aos confortos da vida social e abandonado a carreira ilícita graças aos laços matrimoniais (Ljungstedt 1992, cit. por Martins do Vale 1997: XIX–XX).

Macau dependia do vice-rei ou governador do Estado Português da Índia que nomeava o governador e o capitão-general da Cidade do Nome de Deus, o juiz sindicante, o ouvidor e os militares que lá prestavam serviço; designava os moradores para servirem no Senado como juizes, vereadores, procuradores ou tesoureiros. Os ditos moradores, por sua vez, nomeavam titulares de outros cargos públicos. Assim, na administração da cidade distinguiam-se os representantes régios (governador e ouvidor) e os locais (Senado e os titulares designados pelos seus membros). A corte de Lisboa tinha direito a nomear ainda o professor de Gramática Latina, os padres que lecionavam no Real Seminário de S. José, o médico, e, parcialmente, o bispo.

O governador, como a maior autoridade, velava que as ordens régias fossem cumpridas, estando, paradoxalmente, proibido de intervir nos assuntos políticos e económicos. Podia apenas despedir dos serviços prestados os vereadores e apresentar relatórios ao governador da Índia. Os chineses designavam-no de *pêng-t'âu* (chefe dos soldados), o que prova que tinha poder na esfera militar, guardando o bastão e as chaves da Fortaleza do Monte como símbolos da posse da capitania geral. Responsabilizava-se pela entrada e saída dos barcos do porto e dos estrangeiros da cidade e pela segurança e defesa, dirigindo as rondas nocturnas. No entanto, ouviam-se opiniões sobre a necessidade de reforçar a posição do governador face aos mandarins, até sobre a desanexação de Macau da jurisdição da Índia. Em 1783, Martinho de Melo e Castro afirmou que “era necessário dar mayor authoridade aos Governadores de Macáo e muni-los de alguma força militar, que os faça mais respeitados” (Múrias 1988: 8, cit.

²¹ O dito bispo só viveu na cidade de Macau nos anos 1774–1780. Cf. Relatório do bispo D. Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães Martinho de Melo e Castro, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa. 9, doc. 8, in: Martins do Vale 1997: XIX.

²² Cf. Relatório do capitão-tenente Nicolau Fernandes da Fonseca, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa. 10, doc. 2, in: Martins do Vale 1997: XIX. Cf. a “dupla lealdade” dos portugueses referida em Jin & Wu 2007: 453.

por Martins do Vale 1997: 4). Ao mesmo tempo, convinha que o governador soubesse lidar com os interesses dos representantes das diferentes culturas que se encontravam no porto de Macau: portugueses, chineses e vários estrangeiros, evitando, sobretudo depois de 1768, data de um conflito forte luso-sínico, levantamentos por parte dos moradores chineses. Precisamente por isso, e tomando em consideração a condição dos supostos defensores, a ideia de introduzir mais tropas na cidade foi rejeitada.²³ O que era preciso era uma maior habilidade política, administrativa e económica nas relações interculturais.²⁴ Infelizmente, mencionam-se vários casos de governadores que só cuidaram dos seus próprios interesses, ou até dedicados ao tráfico de ópio, como Bernardo Aleixo de Lemos de Faria.²⁵

Os ouvidores eram nomeados até 1740 e depois de 1783, sendo o cargo extinto entre estas datas por decisão do Senado. A sua função primordial era ajudar a melhor interpretar e aplicar as ordens do Rei, coadjuvar os vereadores na administração da cidade e supervisionar todos os assuntos económicos. O restabelecimento deste cargo originou protestos por parte dos membros do Senado, pois assim lhes foi retirada uma parte significativa do poder e algumas liberdades. Em consequência, o ouvidor cumpria com as suas obrigações num ambiente de aversão e rejeição:

[...] todas estas Reaes Providencias tem sido sumamente odiosas aos Moradores de Macáu, quazi todos clamão pella novidade dellas, refugiando-se na calumnia, e na falcidade com que procuram illudilas (...Eles) não querem Ouvidor que lhes lembre as dividas, que lhes dificulte emprestimos novos, ou os obrigue a pagarem os antigos.²⁶

O Senado foi criado em 1583 como representante e defensor dos interesses locais constituído por dois juízes ordinários, três vereadores, um procurador, um escrivão e um tesoureiro que tratavam de todos os assuntos políticos e económicos sem que o governador se pudesse intrometer neles. A eleição dos titulares tinha de obedecer a muitas restrições que tinham a ver com a idade, o estatuto social, a profissão, falta de senten-

²³ Cf. o relatório do bispo D. Marcelino José da Silva acessível na Biblioteca Central da Marinha/Arquivo Histórico, Documentação avulsa do Ultramar, *Macau*, caixa 1340, in: Martins do Vale 1997: 7: “No anno de 1784 foi Vossa Magestade servida mandar substituir a guarnição das Fortalezas desta Cidade composta de setenta, ou oitenta soldados indigentes, e miseraveis por cento, e cincoenta homens de Tropa regular, e disciplinada... os cento, e cincoenta homens se achão agora produzidos a cento, e vinte, em cujo numero tem entrado a maior parte daquelles a quem se deo baixa por indigentes, e miseraveis por ter mostrado a experiencia, que aquelles, que os vierão substituir com nome de Tropa regular, e disciplinada ainda erão mais indigentes e miseraveis por serem Canarins dados quazi todos ao vicio do vinho, de sorte, que muitos dellas tem morrido por demaziado uzo, que fazião do vinho ... e muitos tem empenhado e continuam a empenhar nas boticas ... as fardas, as camizas, e até as mesmas espingardas”.

²⁴ Cf. as recomendações nas cartas régias 1671–1699, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa. 1, doc. 74 e caixa 2, docs. 2, 23, 28, in: Martins do Vale 1997: 12–13: “sobre a escolha dos governadores de Macau, o qual governo se deve sempre conferir naquela pessoa que for mais hábil, mais inteligente, mais desinteressada e limpa de mãos, e mais capaz enfim de desempenhar as obrigações do referido governo”; “[...] acabar com a corrupção lastimoza do Governo de Goa com o pernicioso e detestavel sistema de Alvidrações [...]”.

²⁵ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa. 18, doc. 45, in: Martins do Vale 1997: 13.

²⁶ Cf. carta de Lázaro da Silva Ferreira a Martinho de Melo e Castro, Arquivo Histórico Ultramarino, *Macau*, caixa. 18, doc. 21, in: Martins do Vale 1997: 19.

ças pela prática de algum crime, “falta de infâmias em geração, ou em costumes” ou até com questões religiosas (Martins do Vale 1997: 20–21); só podiam ser eleitas pessoas “notoriamente respeitadas, distintas em credito, abonação e boa fama”, sendo excluídas as ligações por laços familiares.²⁷ Na realidade, os cargos no Senado eram ocupados na maioria dos casos por portugueses ricos, grandes comerciantes, provenientes dum grupo restrito de famílias de nomes ilustres, facto que causou protestos por parte dos naturais de Macau marginalizados no exercício dos cargos públicos e no seu direito de voto. O Senado era acusado frequentemente de manipulação dos resultados das votações, de origem duvidosa dos titulares, de má gestão dos fundos da fazenda real, de ignorância em matérias de governo, concentração exagerada no enriquecimento pessoal e de subserviência relativamente aos mandarins, o que originava um ambiente de desconfiança na cidade.

Na segunda metade do século XVIII as relações dos portugueses com os chineses em Macau entraram numa fase bastante estável, exceptuando-se alguns problemas de carácter social como, por exemplo, o indesejável aumento dos habitantes chineses que teve como uma das consequências a demolição das suas casas construídas clandestinamente. Em 1749, os portugueses conseguiram até que o mandarim limitasse o número de ferreiros, talheiros, carpinteiros e pedreiros chineses autorizados a viverem em Macau (Gunn 2005: 42). No entanto, na década de 90, os mandarins tentaram reforçar o seu poder, propondo obrigar os portugueses a pagarem taxas impostas aos barcos estrangeiros em Cantão e sobrepondo-lhes a sua autoridade, o que violaria os antigos privilégios concedidos pelo imperador. Os historiadores supõem que aquele facto tinha a ver com a intensificação da pirataria na região. Por outro lado, o objectivo principal dos portugueses era esclarecer o estatuto de Macau, afirmando a soberania portuguesa, o que não se concretizou pela impossibilidade de encontrar os documentos que confirmassem os mencionados privilégios antigos. O Senado da cidade era incansável nos esforços de preservar a estabilidade naquela zona, tendo de, muitas vezes, aceitar umas certas imposições chinesas como, por exemplo, de os portugueses de Macau nunca serem isentos de pagarem a Pequim o chamado foro do chão. No entanto, aquele ambiente de um razoável equilíbrio tornou-se favorável à situação económica da cidade. Na segunda metade do século XVIII, estabeleceu-se lá a primeira lei alfandegária e mais moradores começaram a ter lucros do comércio marítimo. Assim, os portugueses conseguiram manter-se na cidade ao lado da maioria chinesa, prescindindo de outras fontes de rendimento. Macau tornou-se a porta de abertura da China Ming ao exterior.²⁸

²⁷ Cf. cartas do governador da Índia ao Senado, in: Martins do Vale 1997: 21.

²⁸ A China sob a dinastia Ming fechou-se para o exterior. A falta de confiança perante os comerciantes estrangeiros fez com que o comércio ficasse restringido. No entanto, os portugueses conseguiram, nesse ambiente de desconfiança, fechamento, pirataria e conflitos com o Japão, manter as suas posições em Macau servindo de intermediários comerciais entre a China e o exterior, sobretudo com Nagasáqui, Cantão, Malaca, Goa e Lisboa. O monopólio comercial português acabou com a chegada dos ingleses e holandeses na primeira metade do século XVII, ganhando os ingleses uma enorme vantagem no século XIX graças ao controlo do tráfico do ópio. A ocupação perpétua de Macau por parte de Portugal só foi reconhecida oficialmente pelos chineses, enfraquecidos pelas Guerras do Ópio, em 1887, firmando o Tratado de Amizade e Comércio entre a China e Portugal.

SITUAÇÃO LINGUÍSTICA

O português nos séculos XVI e XVII era língua comum dos que vinham de Sião, Malaca, Bengala, Coromandel, Malabar, Ceilão, Surrate, Pérsia, etc.²⁹ O processo de aproximação das culturas realizou-se em três fases: no início, os portugueses usavam tradutores locais na comunicação comercial e criaram-se listas de palavras úteis usadas como os primeiros dicionários; na segunda fase estabeleceram-se postos militares e administrativos e começou o intercâmbio linguístico que também influenciou o português; na terceira fase chegaram os jesuítas que elaboraram muitos glossários e gramáticas, aprendendo também línguas asiáticas. Como consequência desses primeiros contactos, surgiu um crioulo classificado com pertencente ao grupo sino-português, o chamado macaísta ou *patoá*, trazido de Malaca desde 1557 e, posteriormente, usado também em Hong Kong (Batalha 1985: 292–297³⁰). Esse crioulo, baseado no vocabulário português enriquecido com inúmeras palavras chinesas e das línguas dos povos que por ali passaram (Araújo Oliveira 1974³¹), era ainda falado nas primeiras décadas do século XX mas o crescente menosprezo como língua de pessoas pouco instruídas (de *chacha*, das *nhonhas*) e o desenvolvimento do ensino das línguas oficiais iniciaram o processo de descrioulização que, adicionadas as circunstâncias da segunda guerra mundial, do desaparecimento das gerações mais antigas provocado pelo êxodo dos portugueses e do papel crescente do chinês, fez com que, hoje em dia, o crioulo fosse praticamente extinto (Batalha 1985: 288–289).³² Ao longo da história, podiam distinguir-se três tipos do macaísta: puro ou cerrado, falado principalmente pelas classes baixas que mais tarde ganhou terreno graças ao isolamento da Metrópole; o macaísta modificado pela tendência de se aproximar do português, falado pelas pessoas mais instruídas que mantinham maior contacto com a Metrópole; e o macaísta falado pelos chineses.

²⁹ Cf. Silva Neto (1957: 141–142): “A língua portuguesa é usada cotidiana e familiarmente pelos escravos das famílias que vêm de Ceilão e da Costa (de Coromandel); por todos os donos de escravos e por seus filhos nas relações diárias com os escravos e os cristãos indígenas; pelas famílias e pessoas que vêm de Sião, Malaca, Bengala, Costa de Coromandel, ilha de Ceilão, Costa de Malabar, Surrate e até da Pérsia; e os próprios pagãos que habitam esta cidade e fazem comércio com os cristãos ou com os seus escravos aprendem a falar português”. Em 1674, Maetsnycker, um representante dos Países Baixos na Índia, escreveu “dat de lingua franca de overhand had”, que a língua franca, ou seja, o português, tinha superioridade sobre as demais. Em 1628, na sua relação *Zee en Lant Reize door verscheide Gewesten van Oostindien*, Joan Nienhof afirma que “Eu encontrei, por acaso, um chinês que falava português, ao qual perguntei pelos nossos”.

³⁰ A autora sublinha a importância da emigração macaense no desenvolvimento de Hong Kong. No entanto, após a segunda guerra mundial, as gerações mais novas mal falavam português, não mencionando o crioulo. Apenas os mais idosos, refugiados em Macau, conservavam o crioulo com alguns vocábulos ingleses aportuguesados, como por exemplo *improvar* (ingl. *improve*) ou *corte* (ingl. *court*).

³¹ A autora realça que, por exemplo, muitos termos do vocabulário feminino – de culinária, de vestuário, de utensílios domésticos, são de origem malaia, o que indica o papel da mulher malaia na vida caseira.

³² Um dialeto muito próximo do antigo crioulo usou-se ainda depois da segunda guerra mundial nas famílias emigradas para Xangai, muitas das quais voltaram para Macau em 1949; na comunidade imigrante de Hong Kong ou na comunicação com os avós.

Infelizmente, escasseiam fontes escritas em macaísta, por isso vamos analisar no presente trabalho algumas características do português falado em Macau³³ ainda na segunda metade do século XX, apoiando-nos no material (frases separadas, às vezes com contexto maior, fragmentos de poesia popular) recolhido por Aldina de Araújo Oliveira (1974) e por Graciete Batalha (1958).³⁴

Das características fonológicas do português de Macau podem-se enumerar:

- pronúncia do ditongo *-ão* como [aŋ] – cão [kaŋ];
- vocalização do *-l* final como [u] – papel [pəpɐu];
- confusão entre o *r* vibrante simples [r] e o *r* vibrante múltiplo [R] que se atribui à influência do chinês – carro [karu];
- desonorização das consoantes *b* e *d* – bode [poti];
- apócope do *-r* final – falar [falá]³⁵;
- *ch* pronunciado como [s] – chuva [suvɔ];
- despalatalização de *nh* e *lh* – agulha [αɣula];
- redução do ditongo *-ei-* – cadeira [kaðɛra];
- epêntese do *i* semelhante à do Brasil, ou seja, ditongação das vogais fechadas *e*, às vezes, do *a* – rapaz [Rapais], faz [fais], mês [meis];
- a conservação da antiga pronúncia dos fonemas [ʃ] e [ʒ] como [tʃ] e [dʒ] – Chico [tʃiku], jambolão [dʒambolaɔ] (Batalha 1958): 182–185).

Quanto à morfologia, achamos interessantes os seguintes traços:

- falta a desinência do plural; no antigo crioulo o plural marcava-se por reduplicação: *quiança-quiança* (crianças)³⁶; atualmente o plural é indicado pelo artigo ou pelo pronome que precede o substantivo na forma do singular: *Se marido ganhá muto, família pôde comê bom pucado, pôde vestí más bem, pôde frequentá as loja de môro, pôde vai comédia, pôde assistí fonção* ([...] as lojas dos mouros [...]), *tê sete buraco* (tem sete buracos);

³³ Cf. Batalha 1958, onde a Autora expressa a mais profunda surpresa ao chegar a Macau e ouvir que a língua que as pessoas falavam já não era o antigo macaísta como “os estudos de Leite de Vasconcelos ou de Marques Pereira nos mostravam e [...] tem evoluído rapidamente para uma maior aproximação com o português normal”. A Autora entrevistou algumas senhoras de oitenta ou noventa anos que afirmaram a língua macaísta ter sido falada pelos seus avós. No entanto, nota ainda várias diferenças entre a fala dessas senhoras e dos seus filhos e netos, propondo classificar a língua dos mais jovens como um falar do português.

³⁴ As duas Autoras, às vezes, citam fragmentos das mesmas canções ou poesia populares com uns trechos distintos, sendo transmitidos via tradição oral e recolhidos de diferentes falantes nativos. Difere também a maneira de representar alguns sons causada, na nossa opinião, pela pronúncia distinta dos falantes.

³⁵ Cf. Batalha 1958: 184: o *-r* final pode conservar-se quando seguido por uma palavra começada por uma vogal: *quer um doce, nã qué?*

³⁶ Batalha 1958: 209: *Já pagá candia/ Já nom tê azêite;/ Tomá quiança-quiança/ Fazê ramallete, Tirá mao daqui, galégo/ Vai cazá cô moça-moça* (fragmentos de poesia popular). A. de Araújo Oliveira (1974: 29) indica que a reduplicação nem sempre significa pluralidade, ex. *casado novo-novo* (recém asado).

▪ hesitação de géneros: *Quer uma botão ou duas?* (Quer um botão ou dois?), *Tanto tempo eu já querê responê vosso carta* ([...] vossa carta); redução do género: *doutô* (doutor, doutora);

▪ redução da flexão verbal, a flexão em pessoas é praticamente desconhecida, usando-se, na maioria dos casos, a terceira pessoa do singular: *Unga-a comparação que eu já fazê* ([...] eu fiz), *Tanto tempo eu já querê responê vosso carta* ([...] eu quero [...]); redução do sistema temporal e modal, o modo conjuntivo é inexistente: *Lôgo ri, nôn têm nada* (Se rir, não faz mal), os tempos do indicativo são substituídos pelo presente ou pelo infinitivo impessoal, sendo até, às vezes, a forma verbal suprimida: *Sã por isso que eu contente* (É por isso que eu estou contente); o presente pode substituir o infinitivo: *pôde vai comédia* ([...] pode ir ao teatro [...]), *Non querê vai vosso casa* (Não quero ir a vossa casa); o aspeto perfeito e a anterioridade podem ser marcados pela partícula *já*, a posterioridade por *lôgo* e a simultaneidade por *ta*: *Quando ele criança, algu cusa já prendê* (Quando ele era criança alguma coisa aprendeu), *Tanto gente lôgo ficá doente* (Muita gente ficará doente), *Ta prendê portuguez* (Está a aprender português), *Elle já falá que ta erado* (Ele disse que estava errado);

▪ a partícula enclítica *sa* junto dos pronomes pessoais ou substantivos indica a posse, de resto os pronomes têm as formas do português padrão³⁷: *eu-sa casaco* (o meu casaco), *ele-sa mãe* (a mãe dele), *tia-sa casa* (a casa da tia), *Vôs minha Miguela nadi fica réva cô eu, vosso casa*; a mesma partícula pode ter também valor enfático: *Nã bom-sa!* (Muito mau!);

▪ o pronome indefinido invariável *tudo* usa-se em vez de *todo*, *-a*, *-os*, *-as*: *Oze em dia tudo nhonhonha sã falá portuguezado* ([...] todas as meninas [...]);

Vejamos ainda algumas características sintáticas:

▪ os artigos suprimem-se antes dos nomes próprios de pessoa e dos nomes comuns, exceto indicando o plural: *José nôn pôde comê más; muito enchido* (O José não pode comer mais, está muito cheio), *Se marido ganhá muto, família pôde comê bom pucado, pôde vestí más bem, pôde frequentá as loja de môro, pôde vai comédia, pôde assistí fonção*;

▪ o pronome complemento é, muitas vezes, substituído pelo pronome pessoal: *Inda honte ta falá pra eu* (Ainda ontem me disse), *Vôs minha Miguela nadi fica réva cô eu* ([...] comigo); a conjugação reflexa é desusada: *mas sempre sinti doente* (mas sempre me senti doente);

▪ o adjetivo não concorda com o substantivo em género nem em número: *casa muito fresco* (a casa é muito fresca);

▪ a terceira pessoa do singular em função do imperativo afirmativo usa-se para todas as pessoas gramaticais, também na negação: *Já depressa vai s'imbora!* (Vá-se embora já depressa!), *Nã bate, mé!* (Não batam!, sendo o *mé* uma interjeição que expressa impaciência e aborrecimento);

▪ as conjunções subordinativas ficam geralmente suprimidas, ao contrário das conjunções coordenativas: *Eu nã sabê_ela qué nã qué* (Não sei se ela quer ou não quer),

³⁷ Batalha 1958: 188: as formas do antigo crioulo eram p.ex. *estum* (este), *estunga/estũa* (esta), *nossôtro* (nós), *vossôtro* (vós), *aquelôtro* (aquele).

Tanto tempo eu já querê responê vosso carta mas sempre sinti doente (Tanto tempo que eu já quero responder a vossa carta mas sempre me senti doente);

▪ a fórmula de tratamento *você* indica mais familiaridade e intimidade do que *tu*; a palavra *máno* usa-se apenas para falar do irmão mais velho, os outros chamam-se de irmãos: *Nã tê irmão, só tê máno*; as pessoas cumprimentam-se chamando-se apenas pelo nome ou parentesco: *Tia!, Manuel!*³⁸

A intensidade das características acima enumeradas depende obviamente do grau de instrução e do domínio do português padrão. Para acabar, podem-se dar uns exemplos da influência do léxico português no chinês: foco (lanterna); chiste (piada), arroz refogado (arroz de tomate), sutate (molho de soja); galinha (prostituta), lambar (troçar, fazer pouco).³⁹

Em 1987, após intensas negociações com a China, os dois países concordaram que Macau voltaria para a soberania chinesa em 1999. Este acordo estabeleceu o português como uma das línguas oficiais, concedendo um considerável grau de autonomia. No entanto, ao longo dos anos, notou-se uma grande redução do seu uso e do seu papel, provavelmente porque Macau deixou de ser prioridade política e diplomática de Portugal. Atualmente, o português é dominado por menos de 2,4% da população de descendência portuguesa e falado corretamente por 0,6% da população o que não apresenta grandes números em comparação com o cantonês (90% e 86%, respetivamente). Os próprios habitantes fazem distinção entre chineses, macaenses e portugueses, cada grupo com as suas características linguísticas (Batalha 1958: 288)⁴⁰. Este caleidoscópio de culturas e línguas é resultado do encontro de culturas, tradições, raças e línguas cujo percurso tentamos apresentar aqui, ainda que de forma fragmentária.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES DOS SANTOS Jorge M., 1998, Diplomacia e comércio de Macau na Ásia do sueste, em inícios do século XIX, (in:) *A Ásia do sueste. História, cultura e desenvolvimento*, M.J. Schouten (org.), Lisboa: Vega.
- ARAÚJO OLIVEIRA Aldina de, 1974, *Algumas considerações sobre a língua chinesa e o dialeto de Macau*, Lisboa: Sociedade Astória, Lda.

³⁸ O tema das formas de tratamento é bastante vasto, para mais informações consulte-se Batalha 1958: 195–205. A Autora descreve, por exemplo, uma situação na qual uma mãe da família usava a fórmula *você* para todos os familiares que viviam com ela e a fórmula *tu* para os filhos e as esposas deles acabados de chegar da Metrópole, onde tinham estudado vários anos. Antigamente, no tratamento familiar empregava-se a fórmula *vós*: *Vós sabe qui eu muto querê pra vós*. Atualmente, o sistema das fórmulas de tratamento foi enriquecido com empréstimos ingleses, como *uncle*, *auntie*.

³⁹ Cf. Batalha 1985: 290. A Autora, apoiando-se na sua experiência como professora em Macau, refere que a pronúncia dos macaenses está mais próxima do português padrão do que a pronúncia crioula mas, ao mesmo tempo, o seu português tem uma estrutura gramatical caótica, com extrema dificuldade na conjugação verbal muito mais simples em chinês, no emprego dos tempos e modos, na concordância do predicado com o sujeito e do adjetivo com o nome, no emprego dos artigos, das preposições e muitas mais.

⁴⁰ Os macaenses davam-se a si próprios o nome de *Macau filo* ou *filo Macau*, uma expressão crioula quase desaparecida, ou filho de Macau, filho da terra ou nossa gente.

- BATALHA Graciete, 1958, Estado atual do dialeto macaense, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IX, Coimbra: Imprensa de Coimbra.
- BATALHA Graciete, 1985, *Situação e perspectivas do português e dos crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia)*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- GUNN Geoffrey, 2005, *Encountering Macau. A Portuguese City-State on the Periphery of China, 1557–1999*, Nagasaki: Nagasaki University.
- JIN Guo Ping, WU Zhiliang, 2007, *Revisitar os primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*, Lisboa: Instituto Português do Oriente, Fundação Oriente.
- KIENIEWICZ Jan, 1976, *Portugalczycy w Azji XV–XX wiek*, Wrocław: Ossolineum.
- LJUNGSTEDT Anders, 1992, *An Historical Sketch of the Portuguese Settlements in China and of the Roman Catholic Church and Mission in China & Description of the City of Canton*, Hong Kong: Viking Hong Kong Publications.
- LOPES David, 1936, *A expansão da língua portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII*, Barcelos: Portucalense Editora.
- MARTINS DO VALE António Manuel, 1997, *Os portugueses em Macau (1750–1800). Degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassallos d'El-Rei?*, Lisboa: Instituto Português do Oriente.
- MÚRIAS Manuel, 1988, *Instrução para o bisto de Pequim e outros Documentos para a História de Macau*, Macau: Instituto Cultural de Macau.
- OLIVEIRA Aurélio de et. al., 1999, *História dos descobrimentos e expansão portuguesa*, Lisboa: Universidade Aberta.
- PONS Philippe, 2002, *Macao*, London: Reaktion Books.
- SCHOUTEN Maria Johanna (org.), 1998, *A Ásia do sudeste. História, cultura e desenvolvimento*, Lisboa: Vega.
- SILVA NETO Serafim, 1957, Breves notas para o estudo da expansão da língua portuguesa em África e Ásia, *Revista de Portugal*, série A – *Língua portuguesa*, vol. XXII, Lisboa.

Summary

Portuguese presence in Macau in the 18th century – hints on a meeting of cultures

This paper presents a part of the history of Macau, namely the political, administrative, economic and social situation in the 18th century, mentioning the most important events in other periods of the Portuguese presence in the region. Due to the unavailability of records of the Creole language used in the 18th century, the study has been enriched with an analysis of the most important features of the Portuguese language in Macau.

Keywords: Macao, patois, Creole language, lingua franca, China.

Streszczenie

Portugalczycy w Makao w XVIII wieku – uwagi na temat spotkania kultur

W niniejszym opracowaniu Autorka przedstawiła fragment historii Makau, a mianowicie sytuację polityczną, administracyjną, gospodarczą i społeczną w XVIII w., nawiązując również do najważniejszych wydarzeń z pozostałych okresów obecności portugalskiej na tych terenach. Z powodu niedostępności zapisów języka kreolskiego używanego w wieku XVIII studium zostało wzbogacone o analizę najważniejszych cech języka portugalskiego z Makau.

Słowa kluczowe: Makau, patois, język kreolski, lingua franca, Chiny.